



O Comando Militar da Amazônia: origens, evolução e motivações atuais.

(adaptação da pesquisa histórica realizada pelo Ten Cel Ref Lauro Augusto Andrade Pastor Almeida)

SUMÁRIO

1. ANTECEDENTES.....	2
2. A GÊNESE DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA.....	3
3. O PROCESSO DE CRESCIMENTO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	4
4. AS MOTIVAÇÕES ATUAIS DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	6

1. ANTECEDENTES

Em 12 de janeiro de 1616, Francisco Caldeira de Castelo Branco, a mando de Alexandre de Moura, Capitão-mor do Maranhão, partiu de São Luís do Maranhão para conquistar a boca do rio Amazonas, após a expulsão dos franceses daquela localidade. Com menos de duzentos homens e três embarcações, chegaram à baía do Guajará, onde ergueram o Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém. Este forte de faxina e terra¹, com doze peças de artilharia, serviu como base para conter ameaças indígenas e ataques de corsários ingleses e holandeses.

Esse feito valeu a Francisco Caldeira de Castelo Branco o título de "Descobridor e Primeiro Conquistador do Rio das Amazonas". O forte se tornou o núcleo do povoado de Nossa Senhora de Belém, desempenhando um papel fundamental na defesa da região contra inimigos estrangeiros.

Ao longo de sua história, o Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém deu origem a uma série de comandos militares que moldaram a defesa da região amazônica, representando a coragem e a determinação de nossos antepassados. Desde os tempos coloniais até a República, esses comandos evoluíram e deram origem ao atual Comando Militar da Amazônia (CMA), refletindo o espírito combativo e adaptável dos militares amazônicos diante das adversidades da floresta e dos rios da região.

Ao longo de 340 anos, de 1616 a 1956, enfrentando desafios como a exuberância da flora e fauna, insetos, obstáculos naturais e o clima inclemente, esses homens demonstraram coragem, valentia, determinação e habilidade de sobrevivência. Eles adicionaram a fundação do grande e insuperável CMA ao seu patriotismo e orgulho pela soberania nacional.

A seguir, este trabalho discorrerá sobre a gênese do que hoje constitui o CMA, a evolução dos órgãos de comando do Exército na região amazônica, sempre demonstrando a importância histórica da manutenção e do desenvolvimento dessa área para o País, e as motivações permanentes daqueles que labutam diária e diuturnamente, ombreados com a sociedade local, para a defesa e o progresso da Amazônia.

1 Um forte de faxina e terra era um tipo de estrutura de defesa construída principalmente durante o período colonial no Brasil e em outras colônias europeias. Consistia em um forte ou fortificação construído com materiais simples e disponíveis na região, como troncos de árvores, galhos, terra e, em alguns casos, palha.

A "faxina" referia-se à técnica de construção que envolvia o uso de galhos e troncos de árvores amarrados ou entrelaçados para formar uma estrutura sólida. Essa estrutura era então reforçada com camadas de terra compactada para aumentar sua resistência e estabilidade. A palha era frequentemente usada para cobrir o teto ou telhado da estrutura.

Esses fortes de faxina e terra eram construídos de forma rápida e relativamente simples, tornando-os adequados para defesa em locais remotos ou em situações de emergência. Eles eram usados para proteger colônias, postos avançados e assentamentos contra ataques de povos indígenas, corsários estrangeiros e outras ameaças. Apesar de sua simplicidade, muitos deles desempenharam um papel importante na história das colônias, como o Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém mencionado no texto.

2. A GÊNESE DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

Ainda durante o período colonial, em outubro de 1821, a Coroa portuguesa decidiu organizar o estamento militar situado na região norte do território brasileiro, sob um comando unificado, com a criação do Governo das Armas da Província do Pará, com sede em Belém, com jurisdição sobre a área dos atuais Estados do Pará, Amapá, Amazonas e Roraima.

Em 1830, após a independência do Brasil, Dom Pedro I transformou o Governo das Armas em Comando das Armas da Província do Pará, mantendo sua sede e jurisdição anteriores. Já em 1853, por meio do Decreto Imperial nº 715, foi criado o Comando das Armas da Província do Amazonas, com sede em Manaus e abrangendo os atuais Estados do Amazonas, Roraima e Rondônia.

Após a Proclamação da República, em 1890 foi extinto o Comando das Armas da Província do Amazonas e, em 2 de julho de 1891, o Decreto nº 431 criou o 1º Distrito Militar, com sede em Belém e jurisdição sobre os atuais Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia. A sede do 1º Distrito Militar foi transferida para Manaus em 1903, sendo reduzida sua área de atuação para a porção dos atuais Estados do Amazonas, Roraima e Rondônia.

A reorganização do segmento das armas na região Norte pelo Governo brasileiro prosseguiu, em 4 de janeiro de 1908, por intermédio da Lei nº 1860, com a extinção do 1º Distrito Militar e a criação da 1ª Região de Inspeção Permanente em Manaus. Tal órgão de comando, mais tarde, também viria a ser extinto, dando origem ao Comando da 1ª Região Militar, criada pelo Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915.

Cabe destacar que a 1ª Região Militar tinha sede em Belém e jurisdição sobre a área dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, além dos Territórios Federais do Acre, Purus e Juruá.

Avançando na linha do tempo, verifica-se que, em 11 de dezembro de 1919, o Decreto nº 13.916 transformou o Comando da 1ª Região Militar em Comando da 7ª Região Militar, mantendo a sua sede em Belém e a mesma área de atuação.

Registra-se nova alteração na estrutura de comando na Região Amazônica, agora por meio do Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923, que transformou o Comando da 7ª Região Militar em Comando da 8ª Região Militar, o qual teve mantidas a sua sede e a sua jurisdição.

Nesse contexto, merece destaque o fato de que, em 8 de dezembro de 1932, o Decreto nº 22.190 determinou a transferência provisória da sede do Comando da 8ª Região Militar de Belém para Manaus, devido à existência de um movimento sedicioso no Amazonas, solidário à Revolução Constitucionalista iniciada em São Paulo. Após debelado o movimento, a sede do Comando da 8ª Região Militar retornou para Belém.

Em 12 de abril de 1943, com o Decreto nº 5.388, foi modificada a área de jurisdição da 8ª Região Militar, que passou a ter responsabilidade sobre as áreas dos Estados do Pará e do

Amazonas, bem como os Territórios Federais do Amapá, Acre, Rio Branco (atual Estado de Roraima) e Guaporé (atual Estado de Rondônia).

Em 1947, em Portaria Reservada da 8ª RM, foi criado o Destacamento de Elementos de Fronteira (DEF), subordinado à 8ª RM e com sede em Manaus, sendo composto por elementos do 27º Batalhão de Caçadores (27º BC) e da 3ª Companhia de Fronteira, situada em Porto Velho - Território Federal do Guaporé.

Em 15 de julho de 1948, a Portaria Reservada Nº 12-12, do Ministro da Guerra, transformou o DEF em Comando de Elementos de Fronteira (CEF), mantendo sua sede em Manaus, constituindo-se num comando de oficial superior, independente do 27º BC e permanecendo subordinado à 8ª Região Militar. O CEF tinha a missão de apoiar os elementos do Exército destacados na fronteira, incluindo a 3ª Companhia de Fronteira, sediada em Porto Velho, e os Pelotões de Fronteira de Forte Príncipe da Beira, Guajará-Mirim, Rio Branco, Japurá e Cucuí.

Em 27 de outubro de 1956, o Decreto nº 40.179 criou o Comando Militar da Amazônia (CMA), com sede em Belém e jurisdição sobre os elementos do Exército nos Estados do Amazonas, Pará, parte norte de Goiás (inclusive o Município de Porto Nacional), parte do Estado de Mato Grosso (Município de Aripuanã) e os Territórios Federais do Amapá, Acre, Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Rondônia).

Em março de 1957, conforme o Decreto nº 41.186, o CEF foi transformado em Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), ainda em Manaus-AM e integrando o CMA, o qual permanecia sediado em Belém. Em 1960, o GEF evoluiu para um Comando-Geral, estabelecendo seu Quartel-General na instalação que, à época, abrigava o 27º Batalhão de Caçadores. Destaca-se que esse aquartelamento, atualmente, é ocupado pelo Colégio Militar de Manaus, na Praça General Osório.

Nesse quadro de evolução das estruturas de comando na Amazônia, registra-se o Decreto nº 64.366, de 17 de abril de 1969, que transferiu a sede do CMA de Belém para Manaus, criou a 12ª Região Militar, na mesma sede do CMA, em Manaus, e extinguiu o Grupamento de Elementos de Fronteira. Por este mesmo ato normativo, o então Quartel-General (QG) do Grupamento de Elementos de Fronteira foi transformado em QG do CMA e 12ª Região Militar, assim como reativou o Hospital Geral de Manaus.

Importante destacar a permanente visão governamental de distribuição do efetivo militar na Região Amazônica, perpassando os períodos colonial e do império, chegando à fase da República e, na década dos anos 1960, com o registro desses fatos que ocasionaram a mudança do centro de gravidade da guarnição do Exército na Amazônia, de Belém para Manaus.

3. O PROCESSO DE CRESCIMENTO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

Entre as décadas de 1960 e início dos anos 2000, foram implementadas diversas mudanças na estrutura do Exército Brasileiro na Região Amazônica, e conseqüentemente, na organização do CMA, com o notável incremento do número de Unidades e conseqüente aumento do efetivo

militar, vocacionado para a proteção e a defesa do território brasileiro na porção Norte do País, como se verá a seguir.

Entre os anos de 1968 e 1970, registra-se a criação de várias Unidades no ambiente amazônico, como se segue:

- em agosto de 1968, o estabelecimento do núcleo do 6º Batalhão de Engenharia de Construção em Boa Vista-TF Rio Branco (hoje Roraima);

- em janeiro de 1969, foi criado o 1º Batalhão Especial de Fronteira em Tabatinga-AM;

- em junho de 1969, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção foi criado em Cruzeiro do Sul-AC;

- em julho de 1969, o Comando de Fronteira Acre/Rondônia-CFAR foi estabelecido em Porto Velho-TF Rondônia;

- em agosto de 1969, várias organizações militares (OM) foram criadas em Manaus-AM, a saber: a 1ª Companhia de Comunicações, o Estabelecimento Regional de Subsistência da 12ª RM, a 12ª Companhia de Material Bélico, a 1ª Companhia de Engenharia Depósito e Manutenção, a 1ª Companhia Especial de Transportes e a 12ª Companhia de Polícia do Exército;

- em setembro de 1969, o 2º Batalhão Especial de Fronteira foi estabelecido em Boa Vista/TF Rio Branco (hoje Roraima);

- em setembro de 1969, consigna-se que o 1º Batalhão de Infantaria de Selva foi criado em Manaus-AM, por transformação do 27º Batalhão de Caçadores, e o 2º Batalhão de Infantaria de Selva foi criado em Belém-PA, por transformação do 26º Batalhão de Caçadores; e

- em julho de 1970, foi instalado, em Santarém-PA, o 8º Batalhão de Engenharia de Construção, por transferência do 2º Batalhão Rodoviário – Batalhão Rondon, oriundo de Lages-SC.

Em julho de 1970, foi criado o 2º Grupamento de Engenharia de Construção, com sede em Manaus-AM. Em julho de 1993 recebeu a Denominação Histórica de “Grupamento Rodrigo Octávio”.

Avançando com a reestruturação do CMA em termos operacionais, anota-se, em junho de 1976, a criação da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá-PA, e do 3º Grupamento de Fronteira, sediado em Porto Velho-RO, por transformação do Comando de Fronteira Acre/Rondônia-CFAR.

Logo após, em dezembro de 1980, foi criada a 17ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Príncipe da Beira) em Porto Velho-RO.

Em janeiro de 1982, os Comandos do CMA e da 12ª Região Militar foram dissociados, cada um com a ocupação do seu aquartelamento e estruturas de comando próprias. A estrutura

organizacional do CMA passou a contar com dois Grandes Comandos Logístico-Administrativos, a 8ª RM, em Belém-PA e a 12ª RM, em Manaus-AM, que, em 1993, recebeu a Denominação Histórica de “Região Mendonça Furtado”.

Avançando na linha do tempo até janeiro de 1992, destaca-se a ativação do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista-RR, subordinada ao CMA, por transferência e desativação da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, que era sediada em Petrópolis-RJ.

Em julho de 1992, foi ativado o Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada das Missões) em Tefé-AM, subordinada ao CMA, por transferência e desativação do Comando da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, antes sediada em Santo Ângelo-RS.

Cabe destacar que, em julho de 1992, a 8ª Região Militar passou a ser denominada Comando Militar do Norte e 8ª Região Militar, com a sede mantida em Belém-PA. Entre 1992 e 1995, portanto, o Exército possuía dois Comandos Militares na Região Amazônica, a saber: o CMA, com sede em Manaus e enquadrando a 12ª Região Militar e o CMN, localizado em Belém e enquadrando a 8ª Região Militar.

Em abril de 1995, o Comando Militar do Norte foi extinto, retornando à sua denominação original de 8ª Região Militar, ainda em Belém-PA. Com essa decisão, o CMA voltou a enquadrar a 8ª Região Militar.

Em junho de 2004, aponta-se a ativação do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Ararigóia) em São Gabriel da Cachoeira-AM, subordinada ao CMA, por transferência e desativação do Comando da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, anteriormente sediada em Niterói-RJ.

Aponta-se que, em abril de 2005, o 2º Grupamento de Engenharia de Construção (Grupamento Rodrigo Octávio) passou a se chamar 2º Grupamento de Engenharia.

Nesse ponto da narrativa histórica, deve ser consignado que, em julho de 2013, por meio do Decreto nº 8.053, foi criado o Comando Militar do Norte (CMN), estabelecido em Belém-PA, resultando na separação do território do CMN, na banda oriental da Amazônia Legal, do território do CMA, na porção ocidental da Amazônia Legal.

Assim, o CMN voltou a enquadrar a 8ª Região Militar e teve sua área de jurisdição definida pelos Estados do Pará e Amapá, bem como parte do Maranhão e do Tocantins.

Portanto, verifica-se que a decisão estratégica de separação entre os Comandos Militares do Exército, sediados na Região Amazônica (CMA e CMN), atendeu aos critérios fisiográficos distintos entre a Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental e fez parte do processo de expansão da presença do Estado brasileiro na fronteira norte do País.

Enfim, cabe ressaltar a presença do Exército na faixa de fronteira, por intermédio dos vinte e três Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Os PEF representam a presença diuturna do soldado brasileiro na fronteira amazônica, prestando apoio e proteção aos povos originários e aos

ribeirinhos, além de atuar contra os ilícitos transfronteiriços e ambientais.

4. AS MOTIVAÇÕES ATUAIS DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

À luz da pesquisa histórica realizada, ficou patente que, desde o final do século XX, o Exército Brasileiro tem incrementado sua presença na Região Amazônica com a transferência de Grandes Unidades e Organizações Militares advindas das Regiões Sul e Sudeste do País. Além disso, cabe ressaltar a permanente cooperação mútua do Exército com a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira. Atualmente, o 9º Distrito Naval e o VII Comando Aéreo Regional compartilham com o CMA a enorme responsabilidade de proteção e defesa da Amazônia.

Inspirados pelos feitos históricos de notáveis personagens do passado, como Francisco Caldeira Castelo Branco, Pedro Teixeira, Antônio Raposo Tavares, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Manuel da Gama Lobo de Almada, José Plácido de Castro, Gregório Taumaturgo de Azevedo, Francisco D'Ávila Silva, Eduardo Gonçalves Ribeiro e Cândido Mariano da Silva Rondon, e honrando os líderes militares contemporâneos, como o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco e o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, nossos antigos comandantes, os integrantes do CMA continuam a demonstrar, no presente, a mesma paixão, determinação, ousadia e espírito de sacrifício que impulsionaram nossos antepassados na defesa da Amazônia Brasileira.

Não devem ser poupados esforços nem sacrifícios, e os componentes do CMA devem buscar, de forma permanente, com soluções criativas e novas ideias, a prontidão operacional requerida e a prontidão logística necessária, com verdadeira obsessão pela segurança nas atividades executadas diuturnamente, para contribuir com o desenvolvimento sustentável e a preservação da Amazônia, aliados à sociedade que aqui vive. Portanto, pode-se concluir que, com o Exército presente, a Amazônia está protegida!

"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la!" (Gen Rodrigo Octávio)

SELVA!